



# Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

DESEMBARGADORES E DESEMBARGADORAS

1929



# *Apresentação*



# Apresentação

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina tem a satisfação de apresentar a primeira etapa do trabalho de pesquisa biográfica do total de 264 desembargadores e desembargadoras que integraram e integram essa Corte, desde sua instalação, em 1º de outubro de 1891, até esta data.

O lançamento desta obra virtual ocorre por ocasião das comemorações dos 131 anos de instalação do nosso Tribunal. A forma como será apresentada e disponibilizada tornará possível a adição constante de conteúdos e imagens, num processo dinâmico de aprimoramento.

A obra será composta de oito volumes, o primeiro dos quais lançado agora, dispostos em capítulos de acordo com a ocupação da sede do Tribunal de Justiça, iniciando-se nas dependências da Casa da Câmara e Cadeia e Conselho da Intendência Municipal (1891-1894), passando pelas demais sedes, localizadas na Tesouraria-Geral (1894-1895), na Rua Trajano (1895-1908), no Palacete da Jerônimo Coelho (1908-1929), na Assembleia Legislativa (1929-1929), no Palácio da Praça Pereira Oliveira (1929-1968) e na Agência Ford (1968-1975), até a atual sede, localizada na Praça Tancredo Neves [Torre I (1975) e Torre II (2007)].

Os demais volumes serão lançados em datas comemorativas relevantes que guardam identidade com as atribuições do colegiado formado pela Memória do Judiciário, Museu, Arquivologia e Biblioteconomia, quais sejam, na ordem sequencial, 20 de outubro (Volume II), quando se comemora o Dia do Arquivista; 29 de outubro (Volume III), comemorativo do Dia do Livro (data da fundação da Biblioteca Nacional); 8 de dezembro (Volume IV), em homenagem ao Dia da Justiça, todos de 2022. E na sequência, em 2023, haverá lançamento em 9 de abril (Volumes V e VI), festejando o Dia da Biblioteca; 10 de maio (Volume VII), destacado como o Dia da Memória do Poder Judiciário; 9 de junho (Volume VIII – Tomo I – Torre I), em reverência ao Dia Internacional dos Arquivos, e, por fim, 11 de agosto (Volume VIII – Tomo II – Torre II), por conta do Dia da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil.

Esses volumes serão, inicialmente, disponibilizados no Portal da Memória e, depois de sua apresentação completa, estarão compilados em publicação eletrônica.

Ao final, como preito de reconhecimento, anoto que esta pesquisa foi conduzida pela equipe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário Catarinense, organizada e supervisionada pela Comissão de Gestão de Memória, criada pela Resolução n. 7 de 16 de junho de 2021, sob o comando da desembargadora Haidée Denise Grin.

Florianópolis, setembro de 2022.



**Desembargador João Henrique Blasi**  
Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina



# *Agradecimientos*

## *Agradecimientos*



# Agradecimentos

Agradeço a todos os funcionários desta Casa pela cooperação para a realização desta obra.



# *Sumário*





# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<i>Espaços transitórios, vizinhos perenes: o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa</i> .....	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 5 – VOLUME 5</b>	
<i>O Tribunal de Justiça no piso superior da Assembleia Legislativa (1929)</i> .....	<b>21</b>
<i>Listagem de desembargadores por ordem alfabética</i> .....	<b>24</b>
<i>Biografia do desembargador Urbano Müller Salles</i> .....	<b>27</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>34</b>



# *Introdução*



# Introdução

O quinto capítulo apresenta a nominata e a biografia do desembargador que foi nomeado no curto período em que a Corte se instalou provisoriamente nas dependências da Assembleia Legislativa, em 1929, até a efetiva construção do Palácio da Justiça, ambos localizados na Praça Pereira Oliveira.

Já foram apresentados o volume 1, quando do lançamento do projeto piloto, por ocasião das comemorações dos 131 anos de instalação do nosso sodalício (1º de outubro), em sessão do Órgão Especial (5 de outubro de 2022); o volume 2, por ocasião da comemoração do Dia do Arquivista (20 de outubro); o volume 3, por ocasião da comemoração do Dia do Livro (data da fundação da Biblioteca Nacional – 29 de outubro); e o volume 4, por ocasião da comemoração do Dia da Justiça (8 de dezembro), todos em 2022.

Como já esclarecido, as biografias aqui compiladas são fruto de pesquisas permanentes e em constante complementação. Como se considera tarefa delicada escrever sobre autoridades, pessoas que são exemplos de coragem, esmero, dedicação, valores, inteligência e princípios, merecedoras de ter a memória perpetuada para além do título de desembargador(a) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a compilação se estrutura numa matriz biográfica que contém o nome do desembargador ou da desembargadora, acompanhado do local e da data de nascimento, filiação, formação, experiência profissional, posse no cargo de desembargador(a), trajetória na magistratura catarinense, aposentadoria, falecimento, outros e fonte. Os volumes ainda serão guarnecidos de fotos das sedes do Poder Judiciário estadual e de alguns desembargadores dos períodos referidos.

Ainda a ilustrar este capítulo, o artigo do historiador e diretor de divisão do Museu do Poder Judiciário de Santa Catarina, Adelson Brüggemann, que aborda a proximidade de espaço físico que existiu e existe no limiar do tempo, entre os dois poderes constituídos: o Legislativo e o Judiciário, com o seguinte título: “Espaços transitórios, vizinhos perenes: o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa”.

Ao final, anota-se que toda a contribuição de informações e fotos que sejam de interesse cultural e de preservação da memória do Judiciário catarinense deverá ser encaminhada por e-mail para [ddi.museu@tjsc.jus.br](mailto:ddi.museu@tjsc.jus.br).

Desembargadora Haidée Denise Grin  
Organizadora e Presidente  
Comissão de Gestão de Memória do Poder Judiciário  
do Estado de Santa Catarina



*Espaços transitórios,  
vizinhos perenes: o  
Tribunal de Justiça e a  
Assembleia Legislativa*





# ***Espaços transitórios, vizinhos perenes: o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa***

Por Adelson André Brüggemann, historiador e Chefe de Divisão de Documentação e Memória do Judiciário.

Em 1929, mais uma vez, o Tribunal de Justiça se instalou provisoriamente em um novo endereço. Enquanto era ampliado o novo prédio que abrigaria a Corte, os desembargadores e os servidores do Tribunal ocuparam o piso superior do prédio da Assembleia Legislativa, na praça Pereira Oliveira. Conforme relatório do presidente do Tribunal de Justiça em 1929, “Desde 17 de maio passou o Tribunal a funcionar no andar superior do edifício da Assembleia Legislativa, onde permanecerá até a conclusão do prédio que lhe é destinado” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 1929, p. 7)<sup>1</sup>.

As atividades do Tribunal de Justiça se tornavam cada vez mais volumosas, e o palacete da rua Jerônimo Coelho, em meados da década de 1920, já não comportava mais o Tribunal. Em 1927 o presidente do Tribunal de Justiça, Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho, relatou ao governador do Estado como eram as instalações do Tribunal:

É por demais acanhado o prédio em que funciona o Tribunal. A não ser a sala das sessões, que é suficientemente ampla e apropriada ao fim a que se destina, todos os demais compartimentos se ressentem da exiguidade de espaço, principalmente o em que se acha instalada a Secretaria.

---

1 Relatório apresentado ao governador Adolpho Konder pelo desembargador Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho, presidente do Superior Tribunal de Justiça, em 28 de junho de 1929.

Falta sensível é ainda a de um gabinete para o Presidente, que por isso se vê forçado a despachar na própria sala reservada às sessões, ou na mesa em que trabalha o secretário. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 1927, p. 8).

Começavam aí os esforços, tanto dos magistrados quanto dos administradores do Estado de Santa Catarina, para encontrar um local adequado para o funcionamento do Tribunal de Justiça. Depois de 21 anos no mesmo prédio, chegava a hora de fazer uma nova mudança de endereço.

A passagem pelo prédio da Assembleia Legislativa foi bastante rápida, apenas o tempo suficiente para que os magistrados acompanhassem a finalização das obras do futuro Tribunal, que ficava ao lado da Assembleia, também na praça Pereira Oliveira. Nesse período, somente um desembargador tomou posse: o desembargador Urbano Müller Salles.

As obras do primeiro edifício destinado ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina foram finalizadas em outubro de 1929. O jornal República publicou nota referente à inauguração da nova sede do Tribunal:

Será oficialmente inaugurado hoje, às 13 horas, o Palácio da Justiça, incontestavelmente, uma das iniciativas de mais alta significação que a administração preclara e vionante do Sr. presidente Adolpho Konder realiza, no triênio fecundo do seu governo.

A falta de um edifício amplo e confortável em local apropriado, que pudesse servir de sede a todas as instâncias da justiça local, facilitando ao mesmo tempo, os magistrados, serventuários e interessados no andamento dos feitos pendentes de decisão, de há muito se fazia sentir, maxime considerando-se o desenvolvimento que ultimamente tem tido a nossa capital, nos mais variados ramos da humana atividade.

[...] Desafogado, porém, o erário público, de encargos e compromissos inadiáveis, voltou o Sr. presidente Adolpho Konder as suas vistas para o assunto, determinando a reconstrução e a ampliação do belo edifício, onde serão, dentro de algumas horas, instalados condigna e definitivamente, os vários setores da Justiça catarinense.

Auxiliando eficazmente a ação do chefe do Estado, muito se destacou o Sr. secretário do Interior Cid Campos, por uma colaboração sincera e eficiente no sentido de prover, com o indispensável conforto e a necessária amplitude, o prédio destinado aos diversos departamentos do Poder Judiciário

Catarinense, que não sendo um monumento, é um edifício sóbrio e cômodo com todas as instalações modernas requeridas para os fins a que se destina.

No primeiro andar do Palácio estão situadas: a sala de sessões do Superior Tribunal, a biblioteca, o vestiário, a secretaria (2 salas), o cartório do escrivão do Tribunal, a sala do Procurador-Geral do Estado, a sala dos advogados, a sala dos desembargadores, o salão nobre, o gabinete do presidente do Tribunal e a portaria.

No andar térreo estão a sala do júri, as dos juízes de direito das primeira e segunda varas, a do promotor público, a portaria geral, os cartórios do tabelião, de órfãos, do cível, registro civil e do crime, arquivo e sala para testemunhas.

O ato oficial da inauguração do Palácio da Justiça será presidido pelo chefe do Estado, comparecendo os Srs. secretários do Interior e Fazenda, altas autoridades estaduais, federais e municipais e mundo oficial. Em homenagem à magistratura catarinense e para maior realce da solenidade o Sr. presidente Adolpho Konder resolveu tornar o ponto facultativo, hoje, nas repartições estaduais. (REPÚBLICA, 22 de outubro de 1929, n. 918, folha 1, Florianópolis).

Na realidade, a concepção de um projeto para o Palácio da Justiça surgiu alguns anos antes. No jornal República há indícios disso em uma nota sobre a comemoração do centenário da Independência:

Há dias, ela [comissão encarregada pelas festividades do centenário] sob a presidência do Sr. Dr. Alfredo Pinto, Ministro do Interior e Justiça, reuniu-se no Rio de Janeiro: expostos os resultados dos trabalhos já realizados, a comissão passou a examinar minuciosamente o projeto de ser construído em local mais apropriado o palácio da Justiça que, por sua imponência e magnitude, deverá ser o monumento principal do Centenário. (REPÚBLICA, 27 de fevereiro de 1921, n. 714, folha 2, Florianópolis).

Na mensagem do governador do Estado, Adolpho Konder, apresentada à Assembleia Legislativa em 29 de julho de 1928 e publicada no jornal República no mesmo dia (domingo), o governador asseverou que:

Para dar condigna instalação ao Superior Tribunal de Justiça, aos juizados de Direito desta Capital e aos vários serviços auxiliares do Poder Judiciário, resolvi mandar reformar e ampliar o próprio estadual em que se acham instaladas as oficinas da República, tendo contratado as obras, que já se acham bastante adiantadas, pela importância de 96:000\$000. (REPÚBLICA, 29 de julho de 1928, n. 551, folha 18, Florianópolis).

Também no jornal República, em nota que elogiava os trabalhos realizados pelo então governador, Adolpho Konder, afirmou-se que: “[...] o Palácio da Justiça que se está erguendo ao lado de nossa Assembleia Legislativa não simboliza apenas a harmonia e a independência reinantes nos três poderes institucionais do Estado, mas o cumprimento exato de sua palavra ao assumir o alto cargo que tanto tem honrado” (REPÚBLICA, 28 de setembro de 1928, p. 4).

No mesmo periódico se encontra a seguinte notícia:

Estão terminadas as obras da construção do Palácio da Justiça, notável melhoramento que assinala a ação realizadora do Sr. presidente Adolpho Konder.

Magnanimamente situado, à praça Pereira de Oliveira, bem no centro da cidade, o novo prédio, que obedece a uma planta de estilo moderno, trabalhada pelo arquiteto Sr. Augusto Hubel<sup>2</sup>, o Palácio da Justiça satisfaz plenamente ao funcionamento de todos os departamentos do poder judiciário.

A sua construção foi contratada com o conhecido construtor Sr. Theodoro Grundel pela importância de Rs. 97:712\$.

Os serviços foram iniciados em maio e concluídos no prazo de sete meses.

Na parte térrea do Palácio da Justiça, funcionarão as seguintes dependências: salas do Tribunal do Júri, salas e gabinetes dos juizes da 1ª e 2ª varas da comarca, do juiz de Paz, do Tabelionato; das testemunhas, dos escrivães da 1ª vara, do crime, de órfãos, de paz; portaria, guarda-roupa, lavatório.

---

2 O novo Mercado Público também foi construído sob a orientação do arquiteto Augusto Hubel.

Na parte superior, funcionarão os seguintes departamentos: salas das sessões do Superior Tribunal da Justiça, dos desembargadores, dos advogados, de palestra, da Presidência, salão nobre, guarda-roupa, portaria, arquivo, secretaria.

O Palácio da Justiça terá um mobiliário moderno que foi encomendado ao Sr. João Sabino pela importância de 38 contos de réis.

A Companhia de Tração Força e Luz já iniciou os serviços da instalação elétrica do vasto prédio, que terá farta iluminação. (REPÚBLICA, 16 de abril de 1929, n. 761, folha 1, Florianópolis).

Conforme o jornal República, o governador, Adolpho Konder, acompanhado pelo presidente do Tribunal e outras autoridades, visitou todas as dependências do Palácio da Justiça:

As instalações são elegantes e podemos mesmo salientar o apuro artístico com que foram montadas. O mobiliário é moderníssimo, de estilo requintado. A sala onde funcionam as sessões do Superior Tribunal, apresenta um lindíssimo aspecto. As carteiras estão dispostas em forma de ferradura, vendo-se no centro a tribunal destinada aos advogados. As poltronas altas, onde se sentam os componentes do Superior Tribunal, bem como da presidência, obedecem a estilo moderno. A mesa central também se salienta pela sua confeição artística. O mobiliário é de canela escura catarinense. As cortinas, trabalho de delicada confecção, foram executadas em Brusque, onde a indústria se avanteja pela sua perfeição e arte. As tapeçarias completam o gosto estético da instalação. Ao lado da sala das sessões, fica a Biblioteca, que é confortável e que ostenta aprimorada instalação em mobiliário e em decoração. Além dessas duas dependências que ficam no 2º andar, há mais as seguintes: o vestiário, a secretaria (2 salas), o cartório do escrivão do Tribunal, a sala do Procurador Geral do Estado, a sala dos advogados, a sala dos desembargadores, o salão nobre, o gabinete do presidente do Tribunal e a portaria. No andar térreo, estão, [...] a sala do júri, a dos juizes de direito das primeira e segunda varas, a do promotor público, a portaria geral, os cartórios do tabelião, de órfãos, do cível, registro civil e do crime, arquivo e sala para testemunhas. Todas essas salas estão montadas com o mais irrepreensível esmero, notando-se mesmo a preocupação de dar-se a cada dependência do Palácio da Justiça um conforto compatível

com as funções do judiciário e com o nosso adiantamento moral e material. O mobiliário do Palácio da Justiça, que mereceu francos louvores das pessoas presentes, foram confeccionados pelo estabelecimento industrial do Sr. João Sabino, desta Capital. Durante a solenidade da inauguração, tocou a banda de música da Força Pública. Terminando o ato, que teve enorme concorrência, o Sr. presidente Adolpho Konder retirou-se para o Palácio sendo acompanhado até a porta pelo Sr. desembargador Tavares Sobrinho, demais membros do Superior Tribunal e altas autoridades. A banda de música da Força Pública tocou, à saída de S. Exa. o hino do Estado. (REPÚBLICA, 23 de outubro de 1929, n. 1919, folha 2, Florianópolis).

Trabalhavam no Palácio os seguintes magistrados e servidores: o presidente, desembargador Tavares Sobrinho; o vice-presidente, desembargador Heráclito C. Ribeiro; os desembargadores Anthero Assis, Medeiros Filho, Gustavo Toledo Piza, Erico Nunes Torres e Urbano Müller; o procurador-geral do Estado, desembargador Américo Nunes; o secretário, João Caldeira de Andrada; o escrivão, Joaquim Arantes; o 1º oficial, Euclides Cunha; o 2º oficial, Nair Caldeira; o escrevente, Asteroyde Arantes; a datilógrafa, Lavinia Luz Siqueira; o porteiro, Erico Soares de Oliveira; o contínuo, Jorge Quinte; e o oficial de justiça, Ernesto Richter (REPÚBLICA, 23 de outubro de 1929).

No Palácio da praça Pereira Oliveira eram realizados os concursos para a magistratura. O desembargador aposentado Antônio Fernando do Amaral e Silva se lembra que fez concurso lá, no mesmo prédio em que funcionavam também o Ministério Público, a Procuradoria-Geral do Estado, uma vara criminal da Capital e o Tribunal de Justiça. O desembargador aposentado João Martins se lembra que a cor do prédio na década de 1960 era de tons esverdeados.

Além disso, repercute na memória de vários magistrados e de servidores a atuação exemplar do secretário do Tribunal na época, Paulo Gonzaga Martins da Silva<sup>3</sup>. Conforme relato do desembargador aposentado Amaral e Silva, Paulo Gonzaga resolvia com eficiência todos os problemas relativos aos magistrados catarinenses.

Em 1956 um incêndio destruiu o prédio da Assembleia Legislativa, na praça Pereira Oliveira. O incêndio atingiu uma pequena parte dos fundos do prédio do Tribunal e aumentou o desejo dos administradores do Tribunal de Justiça de transferir-se para um novo endereço.

Tendo a Procuradoria-Geral deixado o Palácio em 1961, ficaram vagas as quatro salas ocupadas pelo órgão, o que deu alguma sobrevida às instalações. Finalmente, em 1968, depois de pouco mais de 38 anos em um mesmo endereço, o Tribunal de Justiça abandona o Palácio. Nesse edifício tomaram posse, ao todo, 34 desembargadores.

O jornal O Estado publicou nota referente à mudança do Tribunal de Justiça da praça Pereira Oliveira para a Agência Ford:

---

3 Neto do desembargador José Roberto Vianna Guilhon e pai dos desembargadores Paulo Henrique Moritz Martins da Silva e Ronaldo Moritz Martins da Silva.

O Tribunal de Justiça do Estado, após a sessão plena de quarta-feira, entrará em recesso até o final da próxima semana (dia 20). Durante esse período a mais alta Corte de Justiça do Estado será transferida para o prédio onde funcionava a agência da Ford, nesta Capital, tendo em vista que o prédio onde atualmente funciona será totalmente demolido para a construção do Palácio da Justiça.

Como se sabe, o PLAMEG já assinou o contrato para a demolição do prédio, faltando apenas o Tribunal de Justiça mudar sua sede para um outro local provisório, o que se dará durante este curto período de recesso. Fontes do PLAMEG informaram que tão logo o prédio esteja desocupado será iniciada sua demolição. (O ESTADO, 9 de abril de 1968, n. 15.867, folha 1, Florianópolis).

A demolição do prédio do Tribunal de Justiça na praça Pereira Oliveira também foi noticiada pelo jornal O Estado:

Deverá ser iniciada nos próximos dias a demolição do prédio onde até a semana passada funcionou o Tribunal de Justiça do Estado, a fim de serem iniciadas as obras de construção da nova sede do Poder Judiciário catarinense que o Governo do Estado erguerá no mesmo local, à Praça Pereira e Oliveira. Como se sabe, o Tribunal de Justiça entrou em recesso para mudar sua sede para o prédio onde funcionava a agência Ford. Os trabalhos de transferência prosseguem com intensidade, devendo continuar até o fim da semana. (O ESTADO, 17 de abril de 1968, n. 15.871, folha 1, Florianópolis).

Na edição de O Estado do dia 23 de abril de 1968 se noticiou o funcionamento do Tribunal de Justiça na sede provisória, na Agência Ford: “O Tribunal de Justiça do Estado encerrou ontem seu pequeno recesso, passando a funcionar no prédio onde se achava instalada a agência Ford desta Capital”.

Os primeiros planos de construção de um novo Palácio da Justiça na praça Pereira Oliveira foram alterados. O terreno que se abria com a demolição do antigo prédio não seria suficiente para a construção de um que atendesse aos anseios e demandas do Poder Judiciário catarinense. Por isso o novo prédio do Tribunal de Justiça foi construído em uma área de aterro da baía Sul, em uma praça que congregou os três Poderes do Estado: o Palácio do Governo, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça.

Por mais de um século, essas instituições públicas compartilharam, na Capital do Estado, endereços bastante parecidos. O Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa, em mais de uma ocasião, ocuparam o mesmo edifício. Em 1891, o Tribunal de Justiça ocupou algumas salas da Casa da Câmara e, entre os anos de 1908 e 1929, instalou-se no palacete da rua Jerônimo Coelho, onde antes funcionava a Assembleia Legislativa. Em 1929, o Tribunal de Justiça se estabeleceu, por alguns meses, no edifício do Legislativo

estadual. E, em 1975, o Tribunal de Justiça se tornou definitivamente vizinho da nova sede da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Essa vizinhança, porém, não se define apenas pelo compartilhamento de espaços físicos no Centro da Capital. Sabe-se que, desde o século XIX, as carreiras de deputado e magistrado se intercalavam. Vários juízes se tornaram deputados e alguns deputados se tornaram magistrados, como o desembargador João Henrique Blasi, atual presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.





# Capítulo 5

## Capítulo 5



# Capítulo 5

## **O Tribunal de Justiça no piso superior da Assembleia Legislativa (1929)**



*(Acervo do Museu do Judiciário Catarinense)*

Com sua construção iniciada em 1908, o imponente edifício em estilo neoclássico que sediou a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina se destacou na paisagem urbana de Florianópolis, sendo o primeiro grande edifício construído na Capital catarinense após a Proclamação da República. Sua arquitetura e seus materiais construtivos se diferenciavam dos demais edifícios da época. Situado na praça Pereira Oliveira, o novo edifício foi sede da Assembleia Legislativa entre os anos de 1910 e 1954.

Em agosto de 1908 foi lançado o edital para a construção do novo edifício da Assembleia Legislativa. De acordo com o periódico *Diário da Tarde*, edição de 25 de agosto de 1956, a proposta elaborada pelo construtor João Grumiché venceu aquele

concurso. A planta do edifício foi de autoria do tenente-engenheiro Luiz Affonseca. O início das obras foi noticiado pelo jornal O Dia, em sua edição de 22 de fevereiro de 1909, na qual se afirmava que:

Vão muito adiantadas as obras do edifício do Congresso.

Preparados os alicerces, feitos com extrema solidez, estão sendo levantadas as grossas paredes laterais, de custosa alvenaria, renunciando o que será o futuro Congresso – edifício de largas dimensões e de belíssimas linhas arquitetônicas.

É de presumir que dentro de cinco meses o edifício receba a cobertura e em 11 meses seja entregue ao governo.

Ao nosso amigo Sr. João Grumiché, contratante das obras, agradecemos as atenções que dispensou ao nosso representante.

Já estão empregados nos alicerces e paredes laterais 350 metros cúbicos de pedra.

Os alicerces, apesar de serem construídos sobre terreno sólido, tem de altura 2,5m sobre 1 metro de largura, sendo 1,5m abaixo do nível do terreno.

Em diversas oficinas desta capital estão sendo feitas as portas e janelas de excelente madeira preparada no tempo próprio e escolhi-as a capricho.

A cúpula e as colunas de ferro, encomendadas no Rio, aqui deverão chegar dentro de 3 meses. (O DIA, 22/2/1909).

O edifício foi inaugurado em 17 de setembro de 1910. O periódico O Dia, no dia 20 de setembro de 1910, noticiou esse evento:

Inaugurado o seu novo e elegante Palácio, realizou-se sábado último, a abertura solene do Congresso Representativo do Estado.

Às 12  $\frac{3}{4}$  [12h e 45min], saía do Palácio do Governo em direção do Palácio do Congresso, o Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, digníssimo Governador do Estado, acompanhado dos Srs. Honório Cunha, secretário-geral; tenente Elpidio Fragoso, oficial de gabinete; capitão Euclides de Castro, ajudante de ordens; desembargadores Vasco da Gama, Ayres Gama e Antero de Assis; Dr. Pais, cônsul italiano; Dr. Grienke, cônsul da Alemanha; Carlos Hoepcke Júnior, cônsul da Holanda; Savas Nicolau Savas, cônsul da República Argentina; Martinho Callado, cônsul do Uruguai; Joaquim F. Neves, cônsul de Portugal; Waldemir Lesage, agente consular da França; Manoel da Silva Guimarães, pelo cônsul da Espanha; Dom João Becker, bispo diocesano; cônego Francisco Topp, cura da Catedral; tenente coronel Nicanor da Silva Júnior; Dr. Joaquim Thiago da Fonseca, procurador-geral do Estado; capitão Joaquim Piracuruca, representando o 54 de Caçadores; tenente Eugênio Taulois; capitão Januário de Assis Cortes [...].

Uma comissão de deputados introduziu o Exmo. Sr. Governador no recinto destinado aos senhores deputados, tomando Sua Exa. assento à direita do Presidente, lendo, em seguida a sua extensa mensagem.

A leitura dessa importante peça deixou a mais agradável impressão em todos que assistiram a sessão.

Terminada a leitura da Mensagem retirou-se Sua Exa. sendo acompanhado por grande número de autoridades e representantes de todas as classes sociais.

Uma companhia do Corpo de Segurança sob o comando do Sr. Tenente Pompeo Theodoro Dias prestou uma luzidia guarda de honra.

Com a abertura do Congresso foi inaugurado o belíssimo palácio para tal fim mandado construir pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, digníssimo Governador do Estado.

O novo palácio, fartamente provido de ar e luz, artisticamente delineado e caprichosamente construído em elegância e beleza arquitetônica como o Palácio do Governo um edifício que em muitos poucos Estados encontra superior.

Toda a obra foi dirigida pelo habilíssimo construtor nosso amigo Sr. João Grumiché, que nele afirmou a sua capacidade profissional, secundando assim as vistas do governo benemérito que o fez edificar. (O DIA, 20/9/1910).

E foi nesse edifício que o Tribunal de Justiça, ocupando algumas salas no piso superior, se instalou provisoriamente entre os dias 17 de maio de 1929 e 22 de outubro do mesmo ano, data em que o Tribunal passou a ocupar, pela primeira vez desde 1891, uma sede própria.

O edifício da Assembleia Legislativa acabou sendo destruído por um incêndio de grandes proporções, que teve início por volta das 22h30 do dia 17 de maio de 1956.

Nesta sede tomou posse apenas um desembargador:

Urbano Müller Salles

<i>ORDEM</i>	<i>NOME DO DESEMBARGADOR</i>	<i>POSSE</i>	<i>DESLIGAMENTO</i>	<i>SEDE</i>
31	Urbano Müller Salles	11/10/1929	16/12/1951	Assembleia Legislativa – 1929

Na sequência se apresentam a biografia do desembargador e algumas fotos.





*Desembargadores*  
*Desembargadores*

# *Desembargador*

***Urbano Muller Salles***





## ***Urbano Müller Salles***

---

**Local e data de nascimento:** Florianópolis (SC), 3/7/1893.

**Filiação:** Julio Salles e Carolina Müller Salles.

**Formação:** Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (RJ), 1917.

**Experiência profissional:** em 1917 foi promotor público em Tubarão (SC) e, em 1918, promotor público da Comarca de Palhoça (SC). Em 13/8/1948 foi empossado como reitor da Faculdade de Direito de Santa Catarina.

**Posse no cargo de desembargador:** 11/10/1929.

**Trajetória na magistratura catarinense:** nomeado, pelo Decreto de 11/10/1918, para o cargo de juiz suplente de direito da Comarca de Cruzeiro (Joaçaba) (SC), tomando posse em 19/10/1918. Foi juiz de direito nas Comarcas de Biguaçu (SC) (23/4/1920 a 18/11/1922), Brusque (SC) (18/11/1922 a 18/7/1927) e Itajaí (SC) (18/7/1927 a 11/10/1929). Foi nomeado para desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em 11/10/1929. Foi presidente do Tribunal de Justiça no período de 18/1/1947 a 17/2/1952.

**Aposentadoria/desligamento:** faleceu antes de ser aposentado.

**Falecimento:** 16/2/1952, Florianópolis (SC).

**Outros:** participou da primeira conferência de desembargadores no Brasil, no Rio de Janeiro (RJ). O Fórum da Comarca de Itajaí leva o nome do desembargador em forma de homenagem.



---

**Fontes:**

Arquivos do TJSC, 2013.

Atualidades, Florianópolis, ed. n. 10, p. 12, out. 1948.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ed. n. 7916, p. 3, 11-8-1948.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 6229, p. 3, 18-7-1934.

República, Florianópolis, ed. n. 12, p. 3, 12-10-1918.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Textos e edição por Orivalda Lima Silva. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005, p. 104.





# *Anexos*



# Anexos

## ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS

<i>Quinta sede do Tribunal de Justiça</i> .....	32
---	----

*Foto do desembargador Urbano Müller Salles*





# *Referências Bibliográficas*



# Referências Bibliográficas

## LIVROS

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005. Textos e ed. Orivalda Lima Silva.*

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Em meio a leis e pessoas: 125 anos de história do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2016. 332 p., p. 167 e 170-171. Texto e Coord. Pesq. Adelson André Brüggemann.*

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Memórias dos 110 anos. Florianópolis: TJSC, 2001. 200 p. Coord. Orivalda Lima Silva.*

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Tribunal de Justiça de Santa Catarina: um século 1891/1991. 2. ed. Florianópolis: Tribunal de Justiça, 1991. 167 p.*

## JORNAIS

*Atualidades (Florianópolis)*

*Jornal Progresso (Itajaí)*

*Diário de Notícias (Rio de Janeiro)*

*O Dia (Florianópolis)*

*O Estado (Florianópolis)*

*República (Florianópolis)*

## REFERÊNCIAS DE IMAGENS

*Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*

*Acervo digital do Museu do Judiciário Catarinense*

*Arquivos fotográficos dos desembargadores Composição da atual gestão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina*



Desembargador João Henrique Blasi – Presidente  
Desembargador Altamiro de Oliveira - Primeiro Vice-Presidente  
Desembargador Getúlio Corrêa - Segundo Vice-Presidente  
Desembargador Gerson Cherem II - Terceiro Vice-Presidente  
Desembargadora Denise Volpato - Corregedora-Geral da Justiça  
Desembargador Rubens Schulz - Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial

#### **Composição da Comissão de Gestão de Memória do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina**

Desembargadora Haidée Denise Grin – Presidente

##### **Membros**

Márcio Schiefler Fontes -- Juiz Auxiliar  
Maurício Walendowsky Sprícigo – Diretor-Geral Judiciário  
Ricardo Albino França - -- Diretor de Documentação e Informações  
Adelson André Brüggemann – Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário  
Alan Schmitt Mafra - Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário e.e  
Marcos Rodolfo da Silva – Chefe de Divisão de Arquivo  
Marcílio Bagatin Silva – Chefe da Divisão de Pesquisa e Informação  
Leticia Cardoso de Castro – Representante da Diretoria de Tecnologia da Informação

##### **Coordenadoria de Magistrados**

###### **Coordenador**

Bruno Makowiecky Salles

##### **Juízes Auxiliares da Presidência**

Juíza de Direito Iolanda Volkmann - Núcleo Administrativo  
Juiz de Direito Rafael Sandi - Núcleo Financeiro  
Juiz de Direito Maurício Cavallazzi Povoas - Núcleo Jurídico

##### **Diretoria de Documentação e Informações**

Ricardo Albino França – Diretor

##### **Núcleo de Comunicação Institucional**

Assessoria de Artes Visuais : Projeto gráfico, editoração eletrônica